



PANORAMA
FISCAL

Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Ofice

LEI COMPLEMENTAR 194 DE 2022: IMPACTO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Autores:

Deoclécio dos Santos Silva

Francisco Lúcio Mendes Maia

Gerson da Silva Ribeiro

Helena Gabriela Jacinto Soares

Texto integral disponível em: www.fundacaosintaf.org.br

1 INTRODUÇÃO

- ❖ Choques no preço do petróleo causando instabilidade: disputas geopolíticas, crises financeiras e aumentos na demanda global.
- ❖ Guerra na Ucrânia, as sanções econômicas à Rússia e o choque de oferta no mercado mundial de combustíveis.
- ❖ No Brasil, o preço da gasolina e do diesel aumentaram respectivamente 26,93% e 56,36% nos últimos 12 meses.
- ❖ Impacto sobre a população mais pobre.

1 INTRODUÇÃO

- ❖ Lei Complementar (LC) 194/2022 que reduz as alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), sobre operações com combustíveis e energia elétrica, e sobre prestação de serviço de comunicação
- ❖ O objetivo do presente trabalho é analisar o impacto que a LC 194/2022 terá sobre a arrecadação tributária cearense, bem como propor alternativas para que o Estado do Ceará possa aumentar suas receitas, tendo em vista a queda de arrecadação decorrente da lei supracitada.

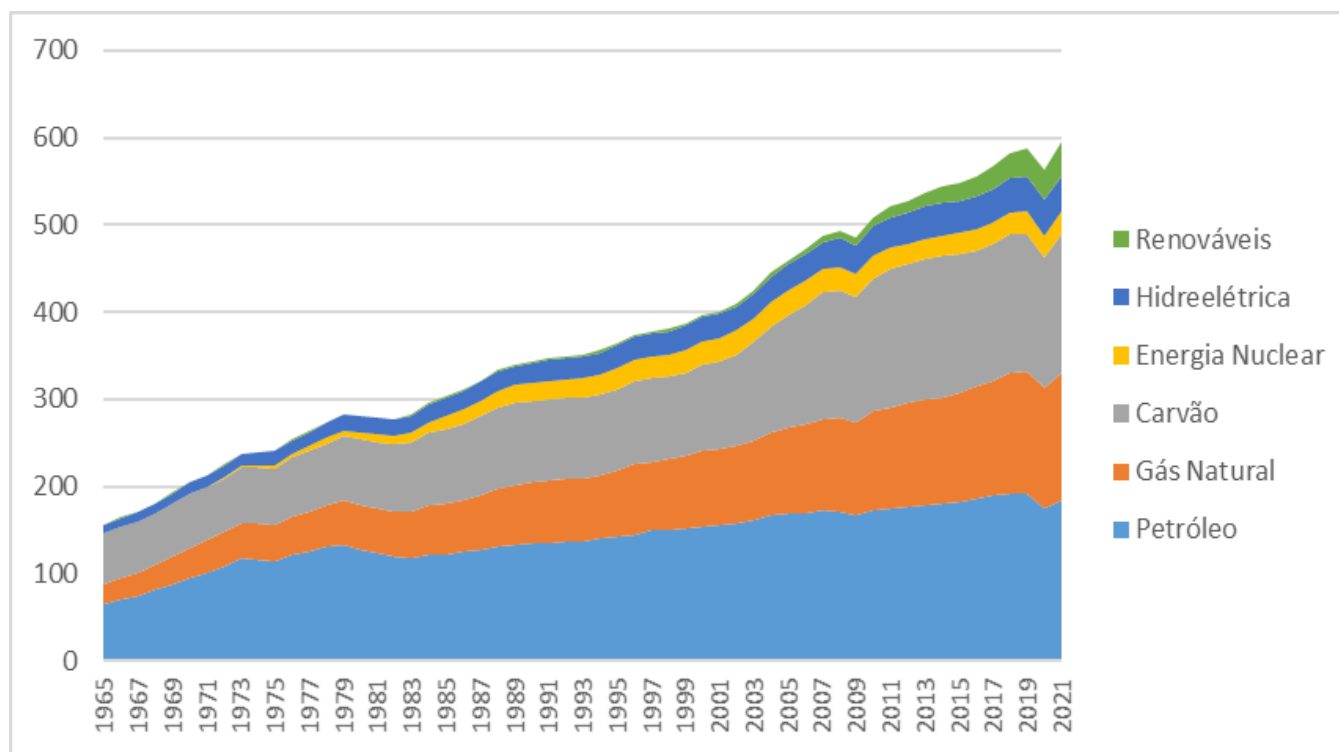
1 INTRODUÇÃO

- ❖ **O presente trabalho apresenta:**
 - ❖ **O cenário em que a referida lei está inserida;**
 - ❖ **As principais diretrizes da LC 194/2022;**
 - ❖ **Estimativas das perdas de receitas;**
 - ❖ **As alternativas para incremento da arrecadação cearense; e**
 - ❖ **As considerações dos autores do trabalho.**

2 A CRISE NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS - CENÁRIO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Gráfico 2.1 – Consumo mundial de energia por fonte – 1965 a 2021

(Valores em Exajoules)



Fonte: BP Statistical Review of World Energy (2022).

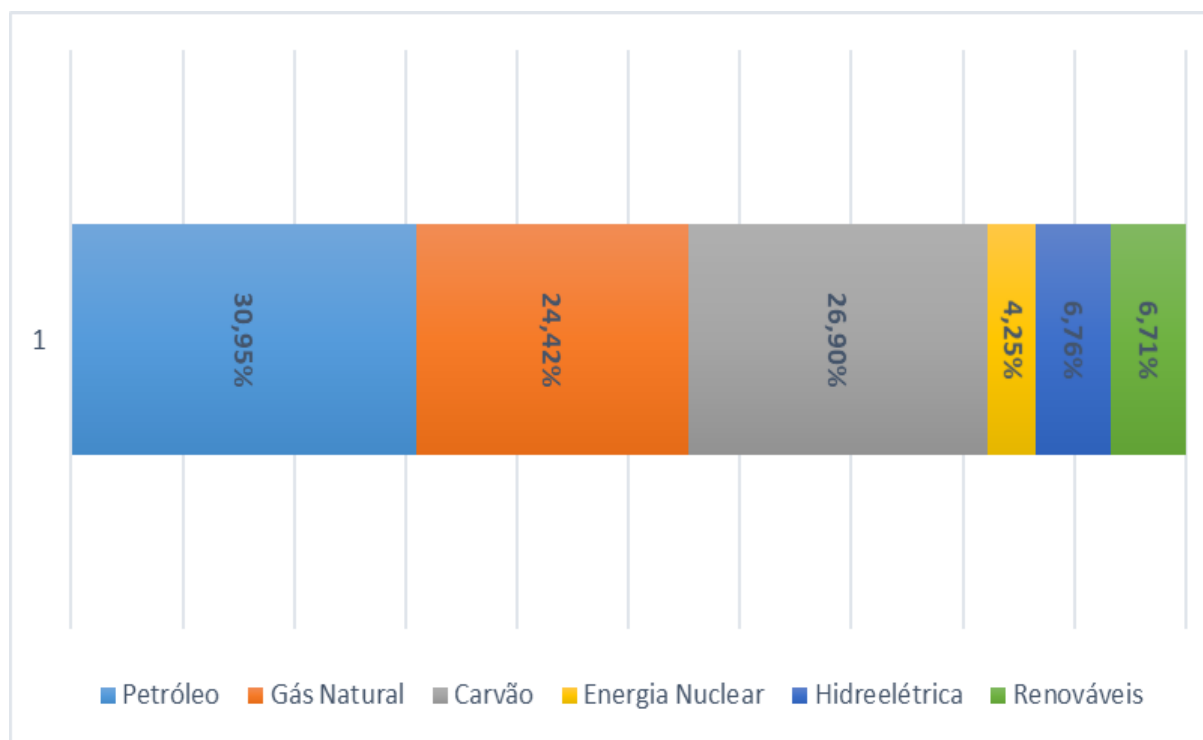
2 A CRISE NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS - CENÁRIO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

- ❖ O Gráfico 2.1 mostra que existe grande dependência da economia mundial por combustíveis fósseis.
- ❖ A utilização de fontes renováveis de energia ainda é pequena dentro do *mix* das fontes de energia.

2 A CRISE NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS - CENÁRIO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Gráfico 2. 2 – Consumo mundial de energia por fonte – 2021

(Valores em %)



Fonte: BP Statistical Review of World Energy (2022).

2 A CRISE NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS - CENÁRIO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

- ❖ O Gráfico 2.2 informa que 82,28% da energia consumida mundialmente é obtida através de combustíveis fósseis.
- ❖ 17,72% é derivada de fontes caracterizadas pela baixa emissão de gás carbônico.
- ❖ Comparando com o cenário do ano 2000, houve uma leve redução da dependência dos combustíveis fósseis.
- ❖ Em 2000:
 - ❖ 85,54% - combustíveis fósseis;
 - ❖ 14,46% - fontes com baixa emissão de carbono.

2 A CRISE NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS - CENÁRIO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

❖ Destacam-se:

- ❖ (i) implantação de políticas de preço e fornecimento que antecipem as eventuais crises que possam atingir o setor;
- ❖ (ii) fortalecer o incentivo ao desenvolvimento de fontes de energia renováveis, pois, é cada vez mais evidente que o atual modelo de provisão de energia não é sustentável no médio e longo prazo.
- ❖ O Brasil é privilegiado em abundância de fontes primárias de energias alternativas, ecologicamente sustentáveis: energia solar e eólica.

2.1 EVOLUÇÃO NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

- ❖ A subseção faz uma análise das variações no preço dos combustíveis em dois cenários:
 - ❖ nacionalmente;
 - ❖ internacionalmente.

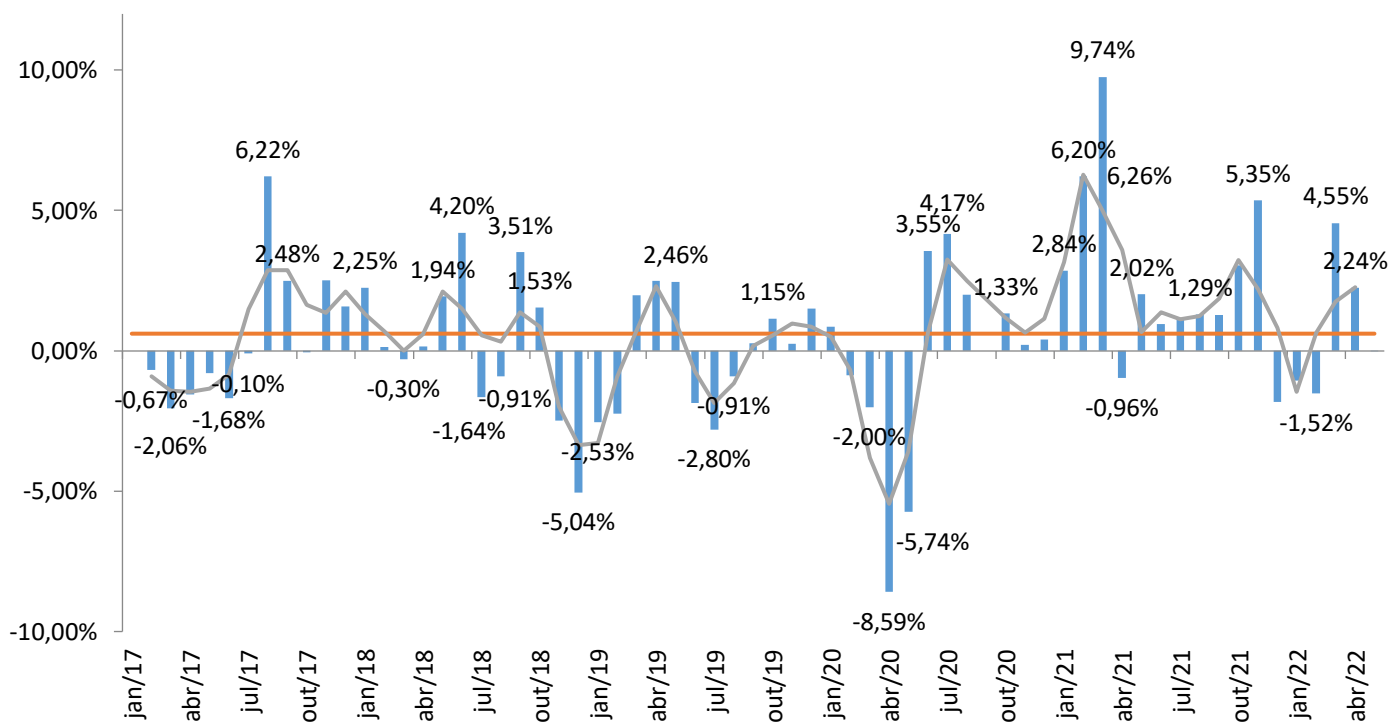
2.1.1 Cenário Nacional

- ❖ O Brasil tem sido pressionado:
 - ❖ Pelo aumento do preço do barril de petróleo;
 - ❖ Pela desvalorização da moeda nacional;
 - ❖ Pela política de Preço de Paridade Internacional (PPI) utilizada pela Petrobras; e
 - ❖ Somado pela sua baixa produção de refino do petróleo no país.

- ❖ É importante, assim, analisar a trajetória das Taxas de Crescimento Real dos preços médios de revenda da gasolina e do diesel.

2.1.1 Cenário Nacional

Gráfico 2.3: Variação do Crescimento Real do Preço Médio de Revenda da Gasolina Comum no Brasil – Janeiro de 2017 a Maio de 2022
(Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

2.1.1 Cenário Nacional

Ano 7, V. 52 – Jul | Ago 2022

- ❖ Observa-se uma volatilidade considerável no crescimento real dos preços da gasolina comum.
- ❖ A configuração do cenário de incerteza do preço da gasolina em razão de fatores externos e políticos.
- ❖ Como consequência, o aumento da inflação e a diminuição do poder de compra dos brasileiros.
- ❖ Nos três primeiros meses de 2021 as variações foram mais abruptas e com aumentos consecutivos:
 - ❖ 2,84% (jan/21), 6,20% (fev/21) e 9,74% (mar/21).
- ❖ As perspectivas de aumento do preço dos combustíveis nacional e internacionalmente têm como consequência a elevação no preço do diesel, da gasolina comum e do gás de cozinha no Brasil.

2.1.1 Cenário Nacional

Tabela 2.1: Comparação entre os preços médios reais de revenda da Gasolina Comum e do Óleo Diesel Comum no Brasil
(Valores em R\$, atualizados pelo IPCA de maio de 2022)

MÊS	COMBUSTÍVEL	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
jan/22	GASOLINA COMUM	5,721	8,368
fev/22	GASOLINA COMUM	5,664	8,284
mar/22	GASOLINA COMUM	5,573	8,152
abr/22	GASOLINA COMUM	5,515	8,067
mai/22	GASOLINA COMUM	5,489	8,029

MÊS	COMBUSTÍVEL	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
jan/22	ÓLEO DIESEL COMUM	4,242	7,197
fev/22	ÓLEO DIESEL COMUM	4,199	7,125
mar/22	ÓLEO DIESEL COMUM	4,132	7,011
abr/22	ÓLEO DIESEL COMUM	4,089	6,937
mai/22	ÓLEO DIESEL COMUM	4,070	6,905

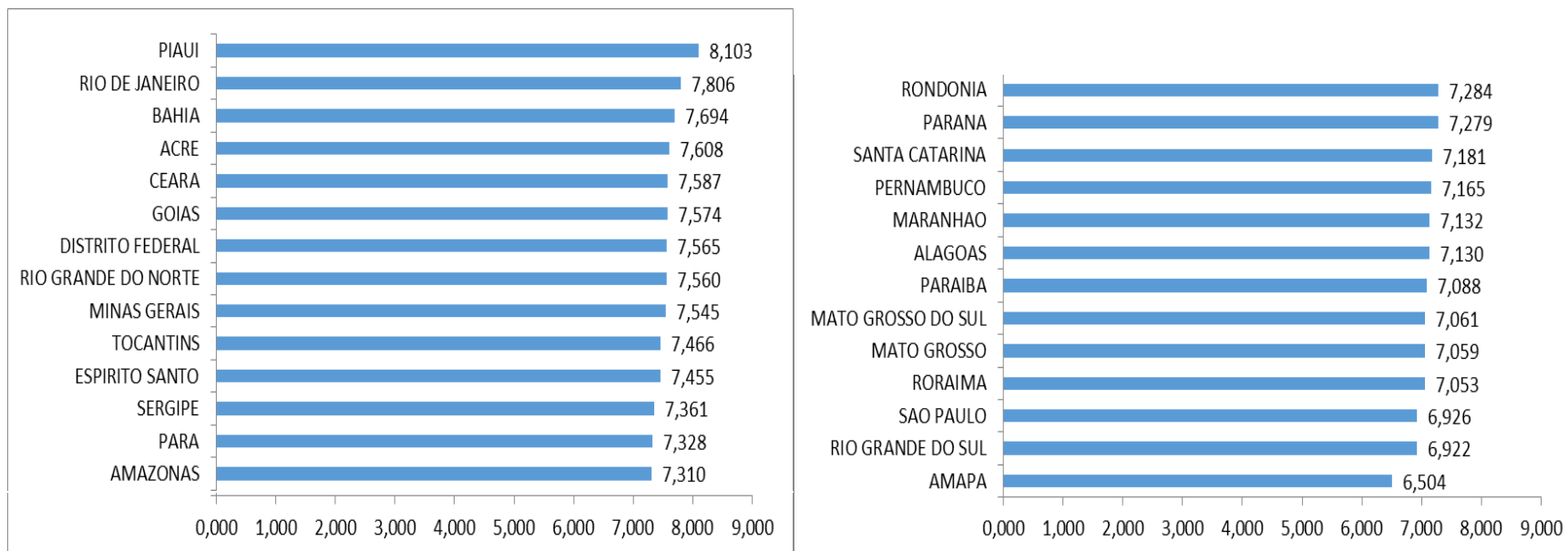
Fonte: elaboração própria com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

2.1.1 Cenário Nacional

- ❖ Os preços dos combustíveis exercem forte impacto nas taxas de inflação e, como consequência, no aumento dos preços dos produtos.
- ❖ A parcela da sociedade que sofre dos efeitos causados pelos aumentos de preços é a população com menor poder aquisitivo.
- ❖ O preço da cesta básica reflete, com maior intensidade, a transferência de preços majorados pelo custo do transporte e da logística.

2.1.1 Cenário Nacional

Gráfico 2.4: Preços Médios Reais de Revenda de Gasolina Comum entre os estados brasileiros – Maio de 2022
(Valores em R\$, atualizados pelo IPCA de maio de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

2.1.1 Cenário Nacional

- ❖ Média nacional para maio de 2022 foi de R\$ 7,324.
- ❖ O Estado do Piauí apresentou o maior valor de revenda da Gasolina Comum no mês. R\$ 8,103.
- ❖ O Ceará está entre os cinco estados com maior média de preços.

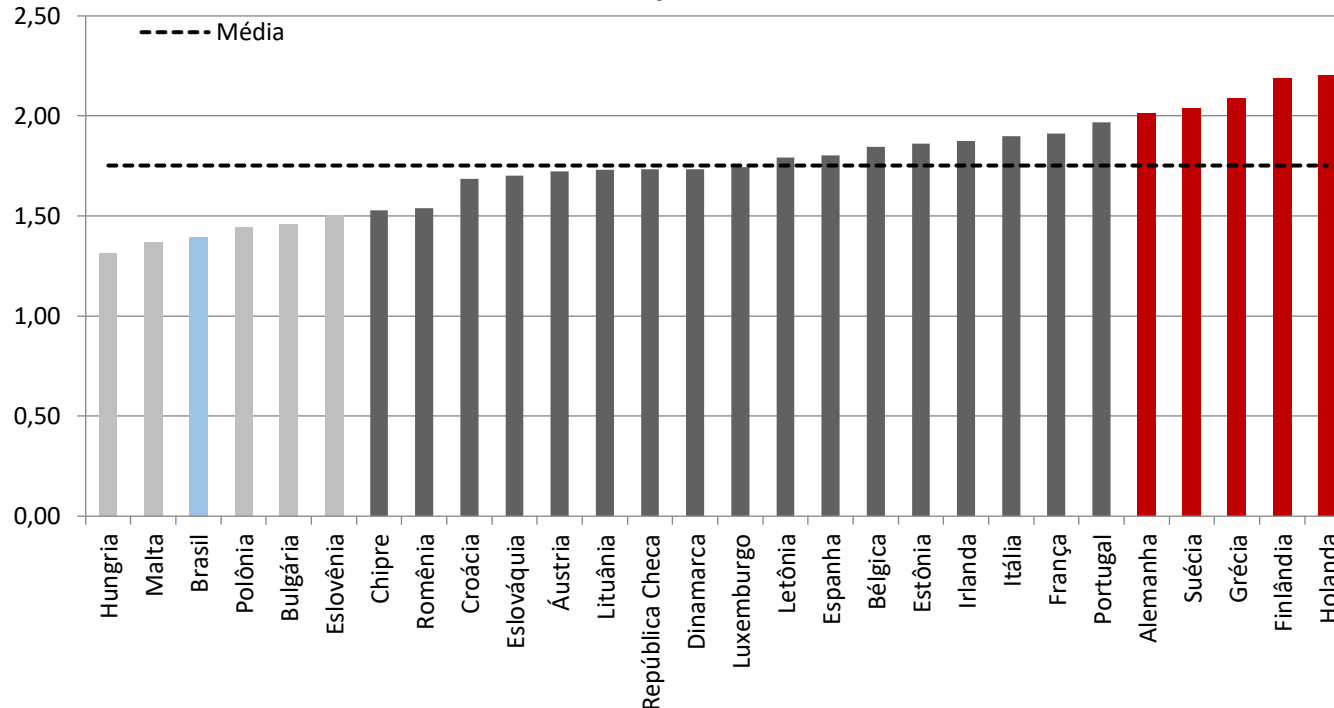
2.1.2 Cenário Internacional

- ❖ Tem sido bastante comentado que os preços dos combustíveis no Brasil seguem à tendência do mercado mundial por conta da política de preços da Petrobras.
- ❖ Para o cenário internacional foram coletados dados dos países membros da União Europeia.
- ❖ Os preços estão em euro por litro do combustível.

2.1.2 Cenário Internacional

Gráfico 2.5 – Média de Preços da Gasolina na UE e no Brasil – Janeiro a Maio de 2022 (€/litro)

(Valores em € 1,00, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) de maio de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados da Comissão Europeia (europa.eu) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

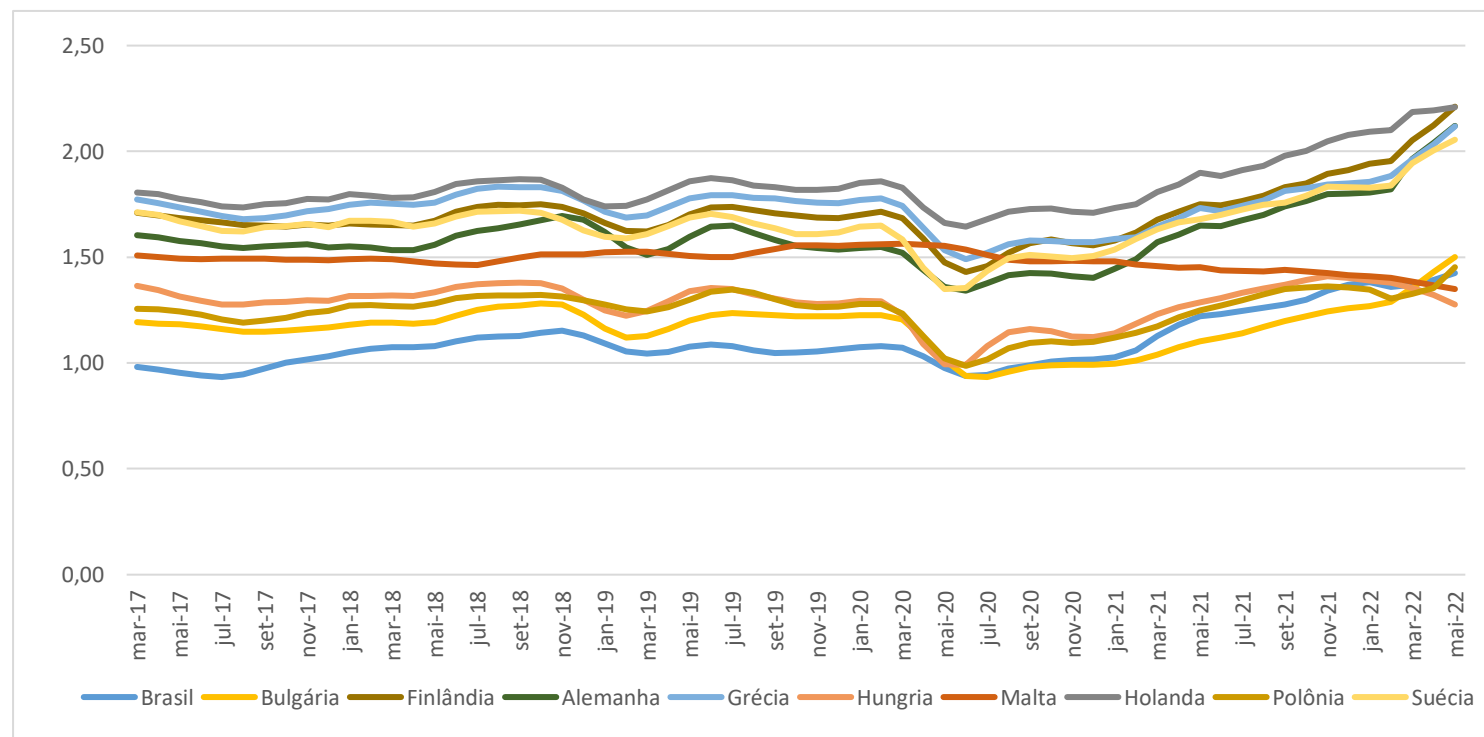
2.1.2 Cenário Internacional

Ano 7, V. 52 – Jul | Ago 2022

- ❖ A média da gasolina no Brasil (€ 1,40) está abaixo da média geral (€ 1,75).
- ❖ Para o cenário internacional foram coletados dados dos países membros da União Europeia.
- ❖ Menores médias do período foram: Bulgária, Eslovênia, Hungria, Malta e Polônia.
- ❖ Maiores médias em ordem crescente foram: Alemanha, Suécia, Grécia, Finlândia e Holanda.

2.1.2 Cenário Internacional

**Gráfico 2.6 – Média Móvel de Preços da Gasolina na UE e no Brasil –
Março de 2017 a Maio de 2022 (€/litro)**
(Valores em € 1,00, atualizados pelo IHPC de maio de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados da Comissão Europeia (europa.eu) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

2.1.2 Cenário Internacional

- ❖ Brasil: ponto de inflexão em junho de 2020.
- ❖ Maiores médias de preços a partir da metade do ano de 2020.
- ❖ A política de preços de combustíveis utilizada pela Petrobras beneficia apenas os investidores.
- ❖ Lucro líquido e dividendos da Petrobras: Tabela 2.2.

2.1.2 Cenário Internacional

Tabela 2.2 – Petrobras – Distribuição de Dividendos com proporção do Lucro Líquido em 2021

Item	Em Bilhões
Distribuição de Dividendos (A)	R\$ 70,532
Lucro Líquido (B)	R\$ 107,264
(A/B)	0,6576
(A/B) %	65,76%

Fonte: elaboração própria com dados das Demonstrações Financeiras de 2021.

2.2 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A INFLAÇÃO

- ❖ A subseção faz uma análise das variações no preço dos combustíveis e o impacto sobre a inflação.
- ❖ Dados a nível nacional e para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).
- ❖ Comparação entre os resultados da pesquisa IPCA de maio de 2022 e maio de 2021.
- ❖ Variações do IPCA e dos combustíveis (gasolina e diesel) no mês, no ano e em 12 meses.

2.2 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A INFLAÇÃO

Tabela 2.3 - Inflação vs. Preço dos Combustíveis – Maio de 2021

Nível Nacional – Brasil				
Variações ($\Delta\%$)	IPCA	Combustíveis	Gasolina	Diesel
Mensal	0,83	4,22	2,87	4,61
Peso no Mês	100	6,84	5,82	0,21
No Ano	3,22	25,60	24,70	23,22
12 Meses	8,06	47,49	45,80	39,26

Fortaleza/CE e Região Metropolitana				
Variações ($\Delta\%$)	IPCA	Combustíveis	Gasolina	Diesel
Mensal	1,10	2,73	2,54	4,18
Peso no Mês	100	6,47	6,09	0,28
No Ano	4,50	20,74	20,73	21,45
12 Meses	9,80	35,09	35,75	28,18

Tabela 2.4 - Inflação vs. Preço dos Combustíveis – Maio de 2022

Nível Nacional – Brasil				
Variações ($\Delta\%$)	IPCA	Combustíveis	Gasolina	Diesel
Mensal	0,47	1,00	0,92	3,72
Peso no Mês	100	8,13	6,81	0,29
No Ano	4,78	8,83	8,83	28,49
12 Meses	11,73	29,12	28,73	52,27

Fortaleza/CE e Região Metropolitana				
Variações ($\Delta\%$)	IPCA	Combustíveis	Gasolina	Diesel
Mensal	1,41	2,51	2,19	4,37
Peso no Mês	100	7,93	7,43	0,40
No Ano	5,69	11,95	11,10	27,91
12 Meses	11,89	36,54	35,53	58,44

Fonte: elaboração própria com dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IBGE.

2.2 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A INFLAÇÃO

- ❖ As variações de maio de 2022 são menores, mas são precedidas por aumentos nos meses anteriores.
- ❖ Os combustíveis têm variações elevadas: acumulado de 12 meses gasolina subiu 28,73% e o diesel 52,27%.
- ❖ Pesos no IPCA em maio de 2022: gasolina – 6,81%, diesel – 0,29%.
- ❖ Para a RMF, a gasolina impactou em 7,43% no IPCA e o diesel em 0,40%.

2.3 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A TRIBUTAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS NO PREÇO FINAL AO CONSUMIDOR

- ❖ O que impactou no preço dos combustíveis: guerra Rússia-Ucrânia, desvalorização do Real, política de preços da Petrobras e os tributos.
- ❖ Governo Federal politicamente usou como causador do aumento de preço dos combustíveis, os impostos estaduais, especificamente o ICMS.
- ❖ É preciso investigar a participação dos tributos sobre o preço final ao consumidor, Tabela 2.5.

2.3 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A TRIBUTAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS NO PREÇO FINAL AO CONSUMIDOR

Tabela 2.5 – Tributos como percentual do preço final ao consumidor - 2019.

(Valores em %)

	Gasolina	Diesel
Austrália	35,9	37,5
Bélgica	58,1	56,8
Canadá	32,0	27,0
França	62,5	58,9
Alemanha	61,3	52,3
Itália	64,3	59,8
Japão	47,0	34,0
Coréia	50,8	48,5
Holanda	64,9	53,8
Portugal	61,8	54,3
Espanha	53,8	48,5
Suécia	61,8	49,7
Reino Unido	63,1	60,7
Estados Unidos	18,6	20,1
Chile	48,9	28,1
Colômbia	22,0	14,4
México	13,8	13,8
Brasil	36,8	21,0
Média OCDE-14	52,6	47,3
Média AL-4	30,4	19,3

Fonte: Carvalho Junior (2022)

2.3 O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E A TRIBUTAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS NO PREÇO FINAL AO CONSUMIDOR

- ❖ Nas economias mais desenvolvidas, a participação dos impostos no preço final da gasolina e do diesel é muito maior que o observado no Brasil.
- ❖ Brasil: 36,8% na gasolina e 21% no diesel.
- ❖ Média dos países da OCDE: 52,6% - gasolina, 47,3% - diesel.
- ❖ Para Carvalho Junior (2022), o Brasil não deve reduzir a carga tributária como medida de redução do preço final dos combustíveis ao consumidor.

3 ANÁLISE DA LEI COMPLEMENTAR 194 DE 2022

- ❖ Apresentação das principais diretrizes da LC 194/2022.
- ❖ Alternativa para solucionar a crise sanitária e fiscal.

3.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES DA LC 194 DE 2022

- ❖ A LC 194/2022 objetiva reduzir o ICMS sobre operações com combustíveis e energia elétrica, e serviços de comunicação e transporte coletivo.
- ❖ Altera a Lei 5.172/1966 do CTN e a LC 87/1996 (Lei Kandir).
- ❖ O artigo 1º da LC 194/2022, considera bens e serviços essenciais: operações com combustíveis e energia elétrica, bem como serviços de comunicação e transporte coletivo.
- ❖ No Ceará a alíquota da gasolina fica reduzida de 27% para 18%.
- ❖ A perda de receita deve levar à precarização de serviços públicos como educação, saúde, assistência social, dentre outros.
- ❖ Foram instituídas medidas para compensar as perdas de arrecadação.

3.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES DA LC 194 DE 2022

- ❖ Art. 3º apresenta o único mecanismo de compensação financeira para estados e municípios.
 - ❖ Limita a compensação somente às perdas que excederem 5% em relação ao arrecadado em 2021 através da dedução de parcelas da dívida com a União.
- ❖ Algumas medidas de compensação foram vetadas, como a que garantia que não houvesse perda no FUNDEB e nos pisos da saúde e educação.
- ❖ As alíquotas estão sendo alteradas de forma definitiva, mas as compensações são temporárias.
- ❖ Art. 10 zera as alíquotas para Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis, as contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- ❖ Conclusão, as medidas de compensação são insuficientes.

3.2 ALTERNATIVA CORRETA PARA SOLUCIONAR A CRISE SANITÁRIA E FISCAL

- ❖ O correto seria a União haver elaborado um Orçamento Extraordinário, em 2020, no início da crise sanitária, conforme previsto no Art 21, XVIII, da Constituição Federal, Art. 65 da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Art. 44 da Lei 4 320/1964.
- ❖ Este orçamento seria executado de forma independente da programação orçamentária determinada pelo Art. 165 da Constituição Federal.
- ❖ O Observatório de Finanças Públicas do Ceará (OFICE) publicou, em abril de 2020, através da Revista Panorama Fiscal 31, o estudo denominado “COVID 19: Alternativas e propostas para a crise sanitária e fiscal”.

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

- ❖ Objetivo: Apresentar estimativas das perdas de arrecadação para o tesouro cearense.
- ❖ Ressalta-se que existem limitações nos impactos estimados, em decorrência do acesso limitado aos dados referentes à arrecadação pública.
- ❖ A seguir serão apresentadas as alíquotas praticadas no Ceará para os bens e serviços afetados pela LC 194/2022.

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 4.1 – Alíquota atual e reduzida do ICMS.

	Alíquota Atual	Alíquota Prevista	Redução
Gasolina	27%	18%	-33,33%
Diesel	25%	18%	-28,00%
Comunicação	28%	18%	-35,71%
Energia Elétrica	25%	18%	-28,00%

Fonte: Lei 15.892, de 27 de novembro de 2015.

Tabela 4.2 – Alíquota atual e reduzida do ICMS com o FECOP.

	Alíquota Atual	Alíquota Prevista	Redução
Gasolina	29%	18%	-37,93%
Diesel	25%	18%	-28,00%
Comunicação	30%	18%	-40,00%
Energia Elétrica	27%	18%	-33,33%

Fonte: Lei Complementar 37, de 26 de novembro 2003. (FECOP)

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

- ❖ As alíquotas do ICMS referentes à gasolina, comunicação e energia elétrica incluem o adicional de 2%, conforme determina o Art.2º, I, da Lei Complementar 37/2003, para formação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).
- ❖ Redução de 34,82% nas alíquotas praticadas no Estado.
- ❖ Simulação das perdas de arrecadação em 2021 com a alíquota de 18%.
- ❖ A Tabela 4.3 apresenta os resultados da simulação.

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 4.3 – Simulações de perdas com alteração de alíquota do ICMS.

(Valores Correntes em R\$ bilhões)

	2021 (I)	Simulação (II)	(I) - (II)
ICMS Combustíveis	3,38	2,26	1,13
ICMS Comunicação	0,61	0,37	0,24
ICMS Energia Elétrica	2,09	1,39	0,70
Total	6,08	4,01	2,07

Fonte: Elaborado pelos autores

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

- ❖ Sobre a terceira coluna da Tabela 4.3:
 - Frustração de R\$ 2,07 bilhões na receita tributária estadual;
 - 54,59% - Combustíveis;
 - 33,82% - Energia Elétrica;
 - 11,59% - Comunicação;

- ❖ Estimativa de perda, com a inflação, em 2022 é R\$ 2,23 bilhões.

- ❖ Com a diminuição da arrecadação do ICMS, há a redução no montante do FECOP, Fundeb e nas transferências do ICMS aos municípios.

4 IMPACTO DA LC 194 DE 2022 NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 4.4 – Simulações de perdas FECOP, Fundeb e Transferências.

(Valores Correntes em R\$ bilhões)

	2021 (I)	Simulação (II)	(I) - (II)
FECOP	0,12	0,08	0,04
Fundeb	1,22	0,66	0,55
Transferências aos Municípios	1,52	1,00	0,52

Fonte: Elaborado pelos autores

- ❖ Sobre os dados apresentados na Tabela 4.4:
 - R\$ 517 milhões em perdas na cota-parte do ICMS transferida aos municípios;
 - R\$ 552 milhões em perdas do Fundeb;
 - R\$ 41,37 milhões em perdas do FECOP;

5 ALTERNATIVAS PARA O INCREMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

- ❖ Cenário de perdas significativas nas finanças públicas estaduais.
- ❖ Necessidade de repor a queda de receita iminente.
- ❖ A seguir serão apresentadas algumas alternativas que podem atenuar o impacto sobre os cofres públicos cearenses.

5.1 ALTERAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

- ❖ Na edição 47 da Revista Panorama Fiscal foi proposta a criação do Fundo de Participação Social (FPS) através da alteração do pacto federativo. A argumentação para a criação do FPS é fundamentada no fato de que na arrecadação das contribuições sociais, especificamente as receitas sobre o faturamento, o lucro, sobre concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior, são exclusivas da União.
- ❖ Não consta na Constituição Federal um fundo de participação que conduza a União a repassar aos estados, DF e municípios um percentual dos valores arrecadados das contribuições sociais.
- ❖ A União fica com 100% dessa receita, prejudicando e diminuindo as receitas os estados e municípios.

5.1 ALTERAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

- ❖ Impacto sobre a sociedade:
- ❖ **Redução das aplicações de recursos nas funções saúde, previdência e assistência social.**
- ❖ Forma correta: Repasse das contribuições sociais através de Emenda à Constituição Federal, estabelecendo o FPS para estados, Distrito Federal e municípios.
- ❖ A Tabela 5.1 apresenta os valores projetados de FPS para cada Estado, no período entre 2009 e 2019.

5.1 ALTERAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

Tabela 5.1 – Projeção do FPS por estado – 2009 a 2019
(Valores em R\$ bilhões atualizados pelo IPCA de dezembro de 2019)

UF/ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AC	2,563	2,837	3,048	3,109	3,196	3,089	2,881	2,775	2,828	5,565	3,177
AL	3,116	3,450	3,706	3,780	3,887	3,756	3,504	3,358	3,449	3,581	3,862
AM	2,090	2,314	2,486	2,536	2,607	2,520	2,350	2,355	2,356	2,494	2,686
AP	2,556	2,829	3,040	3,101	3,188	3,081	2,874	2,758	2,803	2,915	3,111
BA	7,039	7,791	8,371	8,539	8,779	8,484	7,913	7,396	7,688	7,942	6,769
CE	5,496	6,084	6,537	6,667	6,855	6,625	6,179	5,789	6,004	6,193	6,594
DF	0,517	0,572	0,615	0,627	0,645	0,623	0,581	0,547	0,566	0,586	0,626
ES	1,124	1,244	1,336	1,363	1,401	1,354	1,263	1,249	1,265	1,335	1,447
GO	2,130	2,358	2,533	2,584	2,656	2,567	2,394	2,318	2,343	2,446	2,575
MA	5,407	5,985	6,431	6,559	6,744	6,518	6,079	5,735	5,472	6,111	6,529
MG	3,337	3,694	3,969	4,048	4,162	4,022	3,752	3,560	3,660	3,830	4,100
MS	0,998	1,105	1,187	1,210	1,244	1,203	1,122	1,103	1,127	1,148	1,247
MT	1,729	1,914	2,056	2,097	2,156	2,084	1,944	1,815	1,896	1,967	2,078
PA	4,579	5,068	5,445	5,554	5,710	5,600	5,076	4,890	5,035	5,223	5,607
PB	3,587	3,971	4,267	4,352	4,474	4,324	4,033	3,789	3,919	4,056	4,297

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

5.1 ALTERAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

Tabela 5.1 – Projeção do FPS por estado – 2009 a 2019
(Valores em R\$ bilhões atualizados pelo IPCA de dezembro de 2019)

PE	5,169	5,722	6,148	6,270	6,447	6,231	5,811	5,394	5,640	5,833	6,243
PI	3,237	3,583	3,850	3,927	4,037	3,902	3,897	3,442	3,549	3,680	3,948
PR	2,160	2,391	2,569	2,620	2,694	2,603	2,431	2,253	2,364	2,428	2,573
RJ	1,144	1,267	1,361	1,388	1,427	1,379	1,287	1,356	1,307	1,375	1,523
RN	3,104	3,541	3,582	3,825	3,984	3,753	3,348	3,334	3,424	3,526	3,807
RO	2,109	2,335	2,509	2,562	2,626	2,542	2,371	2,313	2,341	2,437	2,609
RR	1,858	2,057	2,164	2,254	2,318	2,233	2,089	2,003	2,032	2,111	2,307
RS	1,764	1,953	2,098	2,140	2,200	2,126	1,983	1,801	1,893	1,943	2,041
SC	0,959	1,061	1,140	1,163	1,196	1,156	1,078	1,040	1,050	1,102	1,145
SE	3,113	3,446	3,702	3,776	3,882	3,752	3,500	3,261	3,399	3,502	3,758
SP	0,749	0,829	0,891	0,909	0,934	0,903	0,842	0,775	0,824	0,841	0,898
TO	3,109	3,599	3,867	3,944	4,055	3,919	3,655	3,386	3,537	3,650	3,872

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

5.1 ALTERAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

- ❖ Estados beneficiados pela existência do FPS:
 - I. Bahia com uma receita adicional projetada de R\$ 86,71 bilhões;
 - II. Ceará com uma projeção de R\$ 69,02 bilhões acumulados entre 2009 e 2019;
- ❖ A média para todos os estados é de R\$ 36,08 bilhões, enquanto a mediana, representada pelo Amapá, é de R\$ 32,26 bilhões.
- ❖ Conclui-se que a criação do FPS seria benéfica para os estados, Distrito Federal e municípios, sobretudo para as populações mais carentes.

5.2 ALTERAÇÃO DAS MARGENS DE LUCRO POR COBRANÇA DO ICMS POR CARGA LÍQUIDA

- ❖ Substituição Tributária;
- ❖ No Ceará, a Lei nº 14.237/2008 dispôs sobre o regime de substituição tributária cobrado por carga líquida;
- ❖ O ICMS retido é o equivalente à carga líquida resultante da aplicação dos percentuais sobre o valor da operação;
- ❖ Análise de Maia et al. (2018, 2019) com as demonstrações financeiras de empresas selecionadas dos anos 2016, 2017 e 2018.

5.2 ALTERAÇÃO DAS MARGENS DE LUCRO POR COBRANÇA DO ICMS POR CARGA LÍQUIDA

- ❖ Revista Panorama Fiscal 18 e 22.
- ❖ Lei 14.237/2008.
- ❖ Resultados do estudo: o Estado do Ceará deixou de arrecadar em 2016, 2017 e 2018, R\$ 1,6 bilhão, R\$ 1,4 bilhão e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente.
- ❖ Dessa forma, conclui-se que uma revisão anual das alíquotas praticadas, bem como dos percentuais de agregação utilizados para operacionalizar o regime de substituição tributária é necessária e obedece ao que disciplina a Lei 14.237/2008.

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

❖ A seguir tem-se a estrutura de um projeto de fiscalização pautado nos critérios da eficácia e eficiência.

1. FISCALIZAÇÃO

1.1. SETORES DA ECONOMIA

1.1.1. Setor Primário;

1.1.2. Setor Secundário;

1.1.3. Setor Terciário;

1.1.4. Subsetores da economia.

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

2. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

2.1. SETORIAIS DA ECONOMIA PARA FISCALIZAÇÃO

2.1.1. Planejamento de fiscalização;

2.1.2 Empresas a serem fiscalizadas;

2.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTÁBEIS

2.2.1 Estrutura das Demonstrações Contábeis;

2.2.1.1 Balanço Patrimonial;

2.2.1.2. Demonstração do Resultado de Exercício;

2.2.1.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

2.2.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa;

2.2.1.5. Demonstração do Valor Adicionado.

2.2.2. Livros Fiscais e Contábeis Obrigatórios;

2.2.2.1 Livros Fiscais;

2.2.2.2 Livros Contábeis;

2.2.2. 3 Escrituração Contábil;

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

- 2.2.2.4 Auditoria da Escrita Fiscal versus Escrita Contábil;
- 2.2.2.5 Plano de Contas;
- 2.2.3 Avaliação do Desempenho Empresarial;
 - 2.2.3.1. Análise através de Índices
 - 2.2.3.2. Análise Financeira;
 - 2.2.3.3. Análise Econômica;
 - 2.2.3.4. Índices de Falência.
- 2.2.4 Análise da Gestão de Caixa
 - 2.2.4.1. Índices de Prazos Médios;
 - 2.2.4.2. Análise de Capital de Giro;
 - 2.2.4.3. Elaboração e Análise dos Fluxos de Caixa.
- 2.2.5. Análise do Custo de Mercadorias ou Produtos Vencidos.
 - 2.2.5.1. Custeio por Absorção;
 - 2.2.5.2. Custeio Variável;
 - 2.2.5.3. Relação Custo Volume e Lucro.
- 2.2.6. Formação de preço de Venda;

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

2.2.7. Informações Bancárias;

2.2.7.1 Operacionalização do Decreto 33.956/2021.

2.2.8. Fiscalização do Simples Nacional;

2.3. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS: LEI 12.670/1996, CÁPITULO X

2.4. PRÁTICA DE FISCALIZAÇÃO: TÉCNICAS DE AUDITORIA

2.4.1 ESCRITA CONTÁBIL

2.4.1.1 Objetivo;

2.4.1.2. Execução;

2.4.1.3 Compras e Vendas Contabilizadas;

2.4.1.4. Compras e Vendas do Registro Fiscal;

2.4.1.5. Prazo de Formação do Saldo da Conta Fornecedores;

2.4.1.6. Prazo Médio de Pagamento Efetivo em Compras a Prazo;

2.4.1.7. Compras a Prazo nos Últimos dias do Exercício Financeiro;

2.4.1.8. Variação dos Créditos dos Sócios;

2.4.1.9. Variação do Capital Social;

2.4.1.10. Total dos Pagamentos;

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

- 2.4.1.11. Total dos Recebimentos;
- 2.4.1.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 2.4.2. Auditoria do Disponível;
 - 2.4.2.1. Contagem física de caixa.
- 2.4.3. Auditoria de estoques;
 - 2.4.3.1. Contagem física de estoques;
- 2.4.4. Auditoria de contas a receber;
- 2.4.5. Auditoria do imobilizado;
- 2.4.6. Auditoria de contas a pagar;
- 2.4.7. Auditoria do patrimônio líquido;
- 2.4.8. Auditoria dos custos de produção;
- 2.4.9. Auditoria do Simples Nacional;
 - 2.4.9.1. Contagem física de caixa;
 - 2.4.9.2. Contagem física de estoques;
 - 2.4.9.3. Análise econômico-financeira.

5.3 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS BASEADO NA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

2.5. TRÂNSITO DE MERCADORIAS

2.5.1. Sistema gerenciador de trânsito de mercadorias

2.5.2. Fiscalização análise física de mercadores em postos fiscais

2.5.3. Fiscalização através de volantes fiscais.

5.4 REPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA SEFAZ ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO

- ❖ Reposição do quadro de pessoal da Sefaz em face do grande número de aposentadorias oficializadas.

- ❖ Benefícios para a SEFAZ:
 - Eficiência;
 - Eficácia;
 - Aumento na arrecadação tributária do Estado, através do combate à evasão fiscal;

- ❖ Em 2021 foi realizado concurso público para Sefaz, porém a quantidade de vagas do concurso foi insuficiente para repor as vagas existentes em função das aposentadorias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ❖ É preciso destacar que os combustíveis fósseis são a principal fonte de energia da economia mundial, sendo responsáveis por mais de 80% da energia consumida em todo mundo no ano de 2021.

- ❖ O aumento nos preços dos combustíveis têm sido causador de instabilidade econômica no mundo todo.

- ❖ A Lei Complementar 194/2022:
 - Causa perdas de arrecadação para estados e municípios;

 - Traz medidas de compensação insuficientes e temporárias; e

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

- ❖ **Ao reduzir as receitas disponíveis para serviços públicos como educação, saúde, assistência e previdência social, compromete o bem-estar da sociedade, em especial a parcela mais pobre da população.**
- ❖ **Alternativa correta:**
 - **Elaboração de um Orçamento Extraordinário no início da crise sanitária, conforme previsto no Art 21, XVIII, da Constituição Federal, Art. 65 da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Art. 44 da Lei 4 320/1964.**
- ❖ **Revista Panorama Fiscal 31 traz a forma correta de resolver a crise sanitária e fiscal do Brasil.**
- ❖ **Perdas estimadas de ICMS no Ceará de R\$ 2,23 bilhões em 2022.**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ano 7, V. 52 – Jun | Jul 2022

- ❖ Sobre as alternativas propostas para compensar a perda de arrecadação anual, sugeriu-se :
 - i. Criação do Fundo de Participação Social (FPS), garantindo em média, uma receita adicional de R\$ 6,27 bilhões para os cofres cearenses.
 - ii. Revisão das alíquotas praticadas na cobrança do ICMS por carga líquida, o que traria uma receita adicional média de R\$ 1,8 bilhão.
 - iii. Projeto de fiscalização dos tributos estaduais baseado na eficácia e eficiência.
 - iv. Concurso público para as atividades fins da SEFAZ.